

# DECRETO Nº 15.661 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

(Publicado no Diário Oficial de 18/11/2014)

Retificado no DOE de 21/11/14.

**Altera o Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista os Ajustes SINIEF 07/14 e 11/14,

## **D E C R E T A:**

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** - a subseção II da seção I do Capítulo II:

*“Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e*

*Art. 42 A chamada “Carta de Correção Eletrônica - CC-e” apenas será admitida quando o erro na emissão do documento fiscal não esteja relacionado com:*

*I - as variáveis que determinam o valor do imposto tais como base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação;*

*II - a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário;*

*III - a data de emissão ou de saída.*

*§ 1º A CC-e deverá atender aos manuais indicados a seguir e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital:*

*I - tratando-se de NF-e ao leiaute estabelecido no “Manual de Integração - Contribuinte” (Ajuste SINIEF 07/05);*

*II - tratando-se de CT-e ao leiaute estabelecido no “Manual de Orientação do Contribuinte - MOC” (Ajuste SINIEF 09/07).*

*§ 2º A transmissão da CC-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.*

*§ 3º A cientificação da recepção da CC-e será feita mediante protocolo disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e ou do CT-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser*

*autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.*

*§ 4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NF-e ou o mesmo CT-e, o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.*

*§ 5º A administração tributária que receber a CC-e deverá transmiti-la às administrações tributárias e entidades previstas:*

*I - tratando-se de NF-e, na cláusula oitava do Ajuste SINIEF 07/05;*

*II - tratando-se de CT-e, na cláusula nona do Ajuste SINIEF 09/07.*

*§ 6º O protocolo de que trata o § 3º deste artigo não implica validação das informações contidas na NF-e ou na CC-e.*

*§ 7º O arquivo eletrônico da CC-e, com a respectiva informação do registro do evento, deve ser disponibilizado pelo emitente ao tomador do serviço.*

*§ 8º Fica vedada a utilização da Carta de Correção em papel para sanar erros em campos específicos da NF-e ou do CT-e.”;*

**II** - o § 12 e o seu inciso I, do art. 132, mantendo-se as redações dos demais incisos do referido parágrafo (Ajuste SINIEF 07/14):

*“§ 12 Nas prestações de serviço de transporte de cargas realizadas nos modais ferroviário e aquaviário de cabotagem, acobertadas por CT-e, fica dispensada a impressão dos respectivos Documentos Auxiliares do Conhecimento de Transporte Eletrônico - DACTE - para acompanhar a carga na composição acobertada por MDF-e, sendo que:*

*I - o tomador do serviço poderá solicitar ao transportador as impressões dos DACTE previamente dispensadas;”;*

**III** - o § 3º do art. 183:

*“§ 3º No final do período de apuração, será emitido Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, que englobará o total das prestações de serviço objeto dos Documentos de Excesso de Bagagem, na qual, além dos demais requisitos exigidos, serão mencionados os números de ordem daqueles documentos.”;*

**IV** - o parágrafo único do art. 251:

*“Parágrafo único. A remessa de arquivo retificador da EFD, após último dia do terceiro mês subsequente ao encerramento do mês da apuração, dependerá de autorização da inspetoria fazendária da circunscrição fiscal do contribuinte.”;*

**V** - a alínea “a” do inciso IV do art. 264:

*“a) sobre o consumo total da energia destinada a irrigação, com a condição de que os produtores rurais, as entidades sem fins lucrativos que possuam termo de delegação ou convênio firmado com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF) e as instituições cadastradas como produtor junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que utilizarem energia elétrica para irrigação se recadastram junto à empresa fornecedora de eletricidade, declarando a destinação da energia elétrica a ser consumida como sendo para fins de irrigação;”;*

**VI** - a linha 1 do quadro do inciso XIII do *caput* do art. 266:

<i>“3215</i>	<i>Tintas utilizadas como refil para cartuchos de imprimir em impressoras jato de tinta.”</i>
--------------	---

**VII** - o inciso LI do *caput* do art. 268:

*“LI - nas operações internas com charque e jerked beef, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 12% (doze por cento).”;*

**VIII** - o art. 271:

*“Art. 271 Ficam dispensados o lançamento e o pagamento do imposto referentes às saídas internas de:*

*I - gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, asinino e muar em pé destinadas para abate em estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal;*

*II - produtos comestíveis, resultantes do abate de gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, caprino, ovino, asinino e muar, efetuadas de estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal, bem como as operações internas subseqüentes.*

*§ 1º A dispensa prevista no caput também se aplica nas saídas internas de aves vivas destinadas a abate em qualquer estabelecimento abatedor, bem como nas operações internas subseqüentes com os produtos comestíveis resultantes do abate.*

*§ 2º A dispensa do lançamento e do pagamento do imposto nas remessas para abate fica condicionada à emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA), exceto nas operações com aves.”.*

**IX** - o inciso II do *caput* do art. 286:

*“II - nas operações internas com aves vivas, gado bovino e bufalino, suíno, eqüino, asinino e muar em pé, exceto quando destinados ao abate, observado o § 21;”;*

**X** - o § 1º do art. 315:

*“§ 1º Formulado o pedido de autorização para escrituração extemporânea de crédito e não havendo deliberação no prazo de 180*

*(cento e oitenta) dias, contado da sua protocolização, o contribuinte poderá creditar-se, em sua escrita fiscal, do respectivo valor.”;*

**XI** - o § 2º do art. 332, mantida a redação de seus incisos:

*“§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III, até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jarked beef e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:”*

**XII** - os incisos I, II e III do § 2º, os §§ 4º e 8º do art. 336:

*“I - Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;*

*II - Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e;*

*III - Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e.”;*

*“§ 4º Opcionalmente, poderá ser emitido, em relação a cada veículo transportador, um único Conhecimento de Transporte Eletrônico, englobando as mercadorias e bens por ele transportados.”;*

*“§ 8º Por ocasião da passagem do veículo da ECT nos postos fiscais, deverá ser apresentado o Documento Auxiliar do MDF-e - DAMDFE, referente às mercadorias e aos bens transportados, sem prejuízo da fiscalização prevista no § 1º deste artigo.”;*

**XIII** - os incisos I e II do § 1º do art. 399:

*“I - o transporte inicial do produto ser acompanhado pelo Documento Auxiliar do MDF-e - DAMDFE;*

*II - constar o número do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais no campo “Informações Complementares” da nota fiscal emitida.”;*

**XIV** - os §§ 1º, 2º e 3º do art. 414:

*“§ 1º Para efeito da dispensa de emissão de documentos fiscais a que se refere o caput, o contribuinte substituto deverá consignar no campo “Informações Complementares” dos documentos que acobertarem o transporte da mercadoria, a seguinte expressão: “Dispensada a emissão de conhecimento de transporte eletrônico - serviço de transporte vinculado a contrato para prestações sucessivas - substituição tributária - § 4º do art. 298”.*

§ 2º O estabelecimento prestador do serviço de transporte deverá, ao final de cada mês, emitir um único conhecimento de transporte eletrônico englobando as prestações realizadas no período de apuração.

§ 3º O conhecimento de transporte eletrônico será emitido de forma individualizada para cada cliente e, além dos demais requisitos, deverá conter:

I - referência aos números dos documentos que englobar;

II - no campo “Informações Complementares”, a expressão “Regime Especial - Protocolo ICMS 35/05”.”;

**XV** - o § 1º do art. 441:

“§ 1º A empresa transportadora, ao subcontratar outro transportador para dar início à execução do serviço, emitirá o conhecimento de transporte eletrônico, fazendo constar, no campo “observações” deste documento ou, quando for o caso, do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – MDF-e, a expressão “Transporte subcontratado com ....., proprietário do veículo marca ....., placa nº ....., UF.....”.”;

**XVI** - o § 1º do art. 448:

“§ 1º O ICMS devido será recolhido pela ferrovia até o dia 20 do mês subsequente ao da emissão do conhecimento de transporte eletrônico.”.

**XVII** - os itens 3, 6, 31, 34 e 35 do Anexo 1:

“3	Álcool não destinado ao uso automotivo transportado a granel	Não tem	Não tem	52,32% (Alíq. 4%) 47,56% (Alíq. 7%) 39,62% (Alíq. 12%)	31,69%”;
“6	Bebidas energéticas e isotônicas - 2106.9 e 2202.9	Prot. ICMS 11/91 Todos	- indústria:140% atacado:70%	—	70%”;
“31	Produtos cerâmicos em cuja fabricação seja utilizada argila ou barro cozido (tijolos; tijoleiras e tapa-vigas; blocos, inclusive blocos para lajes pré-moldadas; telhas; elementos de chaminés e condutores de fumaça; tubos, calhas, algerozes e manilhas) - 6904.1; 6904.9; 6905.1; 6905.9 e 6906	Não tem	Não tem	60,77% (Alíq. 4%) 55,75% (Alíq. 7%) 47,37% (Alíq. 12%)	39%”;

“34	<i>Produtos comestíveis resultantes de gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos salgados ou temperados, exceto charque e jerked beef- 0201; 0202; 0203; 0204; 0206; 0209 e 0210</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	27,23% (Alíq. 4%) 23,25% (Alíq. 7%) 16,63% (Alíq. 12%)	10%”
“35	<i>Produtos comestíveis resultantes do abate de aves – 0207 e 0210</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	21,45% (Alíq. 4%) 17,65% (Alíq. 7%) 11,33% (Alíq. 12%)	5%”.

**Art. 2º** Ficam acrescentados ao Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, os seguintes dispositivos:

**I** - o art. 37-B, produzindo efeitos a partir de 01/01/2015:

*“Art. 37-B. Deverá ser consignado no respectivo documento fiscal, ainda que emitido por meio de ECF, o número do CPF ou do CNPJ do adquirente nas vendas de mercadorias, a não contribuintes do ICMS, de valor superior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) realizadas de estabelecimento que comercializa simultaneamente no atacado e no varejo.” ;*

**II** - o inciso CV ao *caput* do art. 265:

*“CV - as saídas internas de enchidos (embutidos) realizadas pelo fabricante localizado neste estado.”;*

**III** - o inciso XVI ao *caput* do art. 270:

*“XVI - aos empreendimentos cadastrados no Cadastro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no valor equivalente a 100% (cem por cento) do imposto incidente no momento da saída dos produtos por eles produzidos.”;*

**IV** - a alínea “c” ao inciso II do art. 272, produzindo efeitos a partir de 01/01/2015:

*“c) enchidos (embutidos);”;*

**V** - a alínea “e” ao inciso III do *caput* do art. 286:

*“e) nas saídas com destino a contribuinte credenciado pelo inspetor fazendário de seu domicílio fiscal;”;*

**VI** - os incisos VI e VII ao § 13 do art. 286:

*“VI - relativo às aquisições de gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, asinino e muar em pé quando a saída subsequente for para abate em estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal;*

*VII - relativo às aquisições de aves vivas;”;*

**VII** - o § 21 ao art. 286:

*“§ 21 Exceto nas operações com aves vivas, a hipótese de diferimento prevista no inciso II fica condicionada a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA).”;*

**VIII** - o parágrafo único ao art. 330:

*“Parágrafo único. Deverá ser indicado no documento de arrecadação do ICMS, o número da NF-e ou do CT-e a que correspondente o recolhimento.”.*

**IX** - a alínea “q” ao inciso V do *caput* do art. 332:

*“q) com gado bovino, bufalino, suíno, eqüino, asinino e muar em pé;”;*

**X** - o capítulo XXXII-A (Ajuste SINIEF 11/14):

*“CAPÍTULO XXXII-A”*

*“DO REGIME ESPECIAL NAS REMESSAS DE IMPLANTES E PRÓTESE PARA HOSPITAIS OU CLÍNICAS”*

*“Art. 398-A. Nas simples remessas internas e interestaduais de implantes e próteses médico-hospitalares destinadas a hospitais e clínicas, para posterior comercialização no momento de sua utilização em ato cirúrgico, bem como na remessa de instrumental vinculado a aplicação dos referidos implantes e próteses, deverão ser observados os procedimentos expressos no Ajuste SINIEF 11/14.”.*

**XI** - o item 35-A ao anexo 1, produzindo efeitos de 01/01/2015:

"35-A	<i>Enchidos (embutidos), tipo chouriço, salame, salsicha, mortadela, presunto, tender, lingüiça e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue - NCM 1601 e 1602</i>	<i>Não tem</i>	<i>Não tem</i>	<i>59,61% (alíq. 4%) 54,63% (alíq. 7%) 46,31% (alíq. 12%)</i>	<i>38%”</i>
-------	--	----------------	----------------	---	-------------

**Art. 3º** Os dispositivos do Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** - a alínea “b” do inciso XXXVII do *caput* do art. 2º:

*“b) amina graxa: NCM 3824.90.29;”;*

**II** - o § 3º do art. 2º:

*“§ 3º Nas remessas internas para industrialização dos produtos de que trata este Regulamento aplicar-se-ão as normas do § 1º e do inciso I do caput do art. 280 do Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12.”;*

**III** - o § 4º do art. 5º-D, mantida a redação de seus incisos:

*“§ 4º Os créditos fiscais acumulados pela empresa contratada deverão ser transferidos para o contratante e mediante autorização do Secretário da Fazenda, sendo que:”.*

**Art. 4º** Ficam acrescentados ao Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, os seguintes dispositivos:

**I** - o inciso XI ao caput do art. 1º:

*“XI - embalagens de vidro para cosméticos: até 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente durante o período de 12 (doze) anos de produção.”;*

**II** - o art. 1º-F:

*“Art. 1º-F. Nas saídas subsequentes de embalagens de vidro, importadas com diferimento nos termos do inciso L do caput do art. 2º, fica concedido crédito presumido de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto incidente, sendo que, após início da fase operacional, o benefício alcança apenas as embalagens não produzidas pela empresa.”;*

**III** - a alínea “e” ao inciso I do caput do art. 2º:

*“e) de matérias-primas, materiais de decoração dos produtos, componentes e embalagens destinadas a estabelecimento de contribuinte fabricante de embalagens de vidro para cosméticos;”;*

**IV** - a alínea “g” ao inciso III do caput do art. 2º:

*“g) de matérias-primas, materiais de decoração dos produtos, componentes e embalagens destinadas a estabelecimento de contribuinte fabricante de embalagens de vidro para cosméticos;”;*

**V** - o inciso L ao caput do art. 2º:

*“L - nas entradas decorrentes de importação do exterior, mediante autorização da Secretaria da Fazenda, representada pelo titular da DPF, das seguintes mercadorias destinadas a estabelecimento de contribuinte fabricante de embalagens de vidro para cosméticos:*

*a) embalagens de vidro (NCM 7010.90.9);*

*b) vidro temperado e laminado para uso automotivo (NCM 7007.11 e 7007.21) ;”;*

**VI** - o inciso CV ao caput do art. 3º:

*“CV – 2312-5/00 – fabricação de embalagens de vidro.”.*

**Art. 5º** Fica acrescentado o § 3º ao art. 73 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629, de 09 de julho de 1999, com a seguinte redação:

*“§ 3º Caso o contribuinte possua débito constituído em caráter definitivo no âmbito administrativo, a importância a ser restituída será utilizada para quitação da dívida.”.*

**Art. 6º** Fica acrescentado o parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 7.989, de 10 de julho de 2001, com a seguinte redação:

*"Parágrafo único. Deverão ser estornados os créditos fiscais acumulados nos termos deste artigo que não forem transferidos para o beneficiário principal do PROAUTO até o último mês de apuração do ICMS do período de fruição do benefício.”.*

**Art. 7º** O § 3º do art. 2º do Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 3º As empresas contratadas sob a modalidade descrita no inciso IV deste artigo, após efetivarem a entrega dos bens contratados, deverão transferir o crédito eventualmente acumulado em decorrência daquele tratamento tributário para o contribuinte contratante.”.*

**Art. 8º** O recolhimento do ICMS a que se refere o inciso I do caput do art. 1º do Decreto nº 9.250, de 26 de novembro de 2004, relativo às operações de 01 a 20 de dezembro de 2014, deverá ser efetuado até o dia 29 de dezembro de 2014 em valor equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) do total do imposto devido no mês de novembro de 2014, em substituição à forma prevista no § 1º do art. 1º do referido decreto.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial, os seguintes dispositivos:

**I** - do Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012:

- a) o art. 74;
- b) os §§ 1º, 2º, 7º ao 11 do art. 89;
- c) os §§ 1º ao 3º do art. 91;
- d) o inciso III do *caput* do art. 118;
- e) § 3º do art. 128;
- f) Seção VIII, as Seções X a XIV e a Seção XVIII do Capítulo II;
- g) o § 4º do art. 183;
- h) os §§ 3º, 4º e 5º do art. 250;
- i) as alíneas “c” a “f” e “i” do inciso II do *caput* do art. 259;
- j) o inciso XVI do art. 266, produzindo efeitos a partir de 01/01/2015;

- k)** os incisos I, III e V do § 11 do art. 289;
- l)** o art. 297;
- m)** o § 9º do art. 336;
- n)** a Seção V do Capítulo XLI;
- o)** o item 8 do Anexo 1, produzindo efeitos a partir de 01/01/2015;
- II** - do Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997:
  - a)** o art. 1º-A;
  - b)** a alínea “h” do inciso XXXIX do *caput* do art. 2º;
- III** - o Decreto nº 7.378, de 20 de julho de 1998;
- IV** - o art. 3º do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000.

**Art. 10** Este Decreto entra em vigor no dia 01 de dezembro de 2014.

2014. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 17 de novembro de

**JAQUES WAGNER**

Governador

Carlos Mello

Secretário da Casa Civil em exercício

Manoel Vitorio da Silva Filho

Secretário da Fazenda